

Judiciário no Brasil custa 1,6% do PIB, 4 vezes a média global

Judiciário

Tribunais no Brasil têm custo acima da média global e consomem 1,6% do PIB

Relatório do Tesouro Nacional compara a despesa no País com a de outras 53 nações; gasto brasileiro com o sistema de Justiça é muito superior à média dos países analisados

WESLEY GALZO BRASÍLIA

O Poder Judiciário brasileiro concentra parte da elite do funcionalismo público, que recebe salários próximos do teto constitucional pago a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), além de diversos pendurcalhos. Essas benesses são os principais fatores relacionados à despesa bilionária do Brasil com os tribunais de Justiça, que consumiram, em 2022, 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com levantamento produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional e divulgado ontem.

Os estudos realizados pela equipe econômica do governo federal mostram que o Brasil gasta com o Poder Judiciário um percentual correspondente a quatro vezes a média de 53 países analisados, entre economias emergentes e avançadas. A média internacional de gastos proporcional ao PIB foi de 0,37 em 2021.

Os números registrados no Brasil destoam mesmo quando comparados com as de outras economias emergentes. Os países em desenvolvimento gastaram, em média, 0,5% do PIB com os tribunais de Justiça em 2021, enquanto as economias avançadas desembolsaram, no mesmo ano, cerca de 0,3% de toda a riqueza produzida com a manutenção do sistema judiciário.

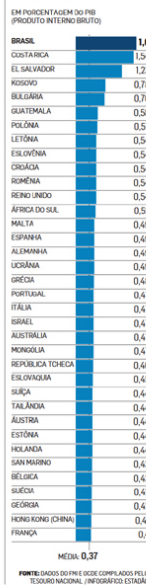
Uma das poucas exceções de despesas elevadas com Judiciário, mas mesmo assim atrás do Brasil, é a Costa Rica. O país localizado na América Central gastou 1,54% do seu PIB em 2021 com a manutenção de tribunais.

'CAPTURA'. De acordo com o relatório produzido pelo Tesouro, a maior parte do gasto discrepante do Brasil com os tribunais está relacionada ao pagamento de salários e contribuições sociais efetivas - ou seja, despesas obrigatórias. Essas obrigações orçamentárias custaram R\$ 109 bilhões aos cofres públicos em 2022. Naquele mesmo ano, o gasto total com o Judiciário foi de R\$ 159 bilhões, dos quais apenas R\$ 2,9 bilhões foram destinados a investimentos.

"Parece ter uma captura de

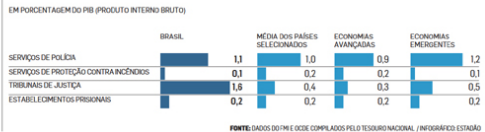
GASTO DESPROPORCIONAL

Despesas com tribunais no Brasil e países selecionados em 2021



DESPESA COM ORDEM PÚBLICA E SEGURANÇA

Em outros países, gastos com polícia lideram; no Brasil, tribunais vêm em primeiro



lores", completou Sakai.

DRIBLES. Em dezembro do ano passado, a Transparência Brasil apresentou um estudo que analisou as manobras do Poder Judiciário e do Ministério Público para criar benefícios que aumentam em até um terço os salários de juízes e procuradores. A diretora executiva aponta que os próprios tribunais e unidades do MP criam mecanismo internos, sem a chancela do Poder Legislativo, para aumentar os ganhos de seus membros.

O relatório concluiu que as instituições que integram o sistema de Justiça "promovem dribles no teto constitucional, comprometendo a racionalidade dos gastos públicos e gerando disparidades gritantes com relação a outras categorias do funcionalismo".

Fontes O relatório reuniu dados do IBGE, do Orçamento, da Secretaria do Tesouro, do FMI e da OCDE

Em dezembro do ano passado, o ministro do STF Dias Toffoli cassou um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que havia suspenso um pagamento de valor bilionário em pendurcalhos a juízes federais. Em abril do mesmo ano, o Estadão revelou que o corregedor nacional de Justiça, Luis Felipe Salomão, autorizou o pagamento retroativo do benefício extinto em 2006, cujo desembolso custaria R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

Conforme o relatório do Tesouro Nacional, os demais gastos do Brasil na área de segurança e ordem pública seguem a

média internacional.

O estudo enquadrava as despesas do Brasil com a Justiça dentro da categoria de ordem pública e segurança, que também reuniu dados dos recursos destinados aos serviços de polícia, proteção de incêndios, estabelecimentos prisionais, pesquisa e desenvolvimento, dentre outros.

O levantamento indica um gasto de 3% do PIB com segurança e ordem pública, percentual superior em relação à média do grupo de economias avançadas (1,6% do PIB), como França, Alemanha, Itália e Japão. É superior até mesmo em relação a outros países da América Latina (2,7% do PIB), como Costa Rica e Guatemala. A média internacional é de 1,9% do produto interno bruto dos países analisados.

O Brasil segue a tendência do gasto mundial nas áreas definidas pelo Tesouro como ordem e segurança pública. A única exceção é Poder Judiciário, que puxa pra cima o resultado das despesas nessa categoria.

SERVIÇOS POLICIAIS. O gasto com os serviços policiais, por exemplo, é 0,1 ponto percentual menor do que nos países emergente e apenas 0,1 ponto maior do que a média internacional. Já em relação aos estabelecimentos prisionais, o Brasil segue todos os parâmetros globais de gasto de 0,2% nessa área. O Tesouro reuniu dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da própria Secretaria do Tesouro. Para fazer as comparações com as realidades de outros países, as fontes foram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento (OCDE).

Para lembrar

Pendurcalho extinto em 2003 sobrevive nos TJs

Sem teto O benefício conhecido como quinquênio, que prevê aumento automático de 5% nos vencimentos de servidores a cada cinco anos, foi extinto pela Reforma da Previdência de 2003. Mesmo assim, alguns tribunais vêm autorizando pagamentos retroativos a magistrados que começaram a carreira antes da mudança, como no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Os quinquênios não estão sujeitos ao teto do funcionalismo, que é de R\$ 41,6 mil, equivalente ao salário de um ministro do STF.

Conselho Uma resolução de 2006 pelo Conselho Nacional de Justiça também veda expressamente o pagamento.

Ações A Associação dos Juizes Federais (Ajufe) recorreu. A entidade sustenta que o benefício não poderia ter sido cancelado para magistrados que já o recebiam. Considera este um direito adquirido. O Conselho da Justiça Federal, que administra e fiscaliza os tribunais federais, restabeleceu o pagamento de parcelas vencidas do adicional por tempo de serviço em novembro de 2022. O impacto apenas na Justiça Federal, pode chegar a R\$ 870 milhões. O Partido Novo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal contra o quinquênio.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Pagina: 8